



ACÓRDÃO Nº419/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11556/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Borba.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Joaquim Gabriel de Sousa Neto (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Renata Andréa Cabral Pestana Vieira - OAB/AM 3149, Maxsuel da Silveira Rodrigues – OAB/AM 7118.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA e DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1206/2020-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Borba. Exercício de 2018.

*Irregularidade. Multa. Determinação.
Recomendação.*

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do **Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto**, responsável pela Câmara Municipal de Borba, exercício de 2018, com fundamento no art. 22, III, "b" da Lei Orgânica nº 2423/1996, pela competência estabelecida no art. 40, II da Constituição do Estado do Amazonas, c/c art. 1º, II, "b" da Lei Orgânica nº 2423/1996 e art. 5º, II da Resolução TCE/AM nº 04/2002 (RITCE);

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto** no valor de **R\$ 14.000,00** (quatorze mil reais), com fulcro no art. 54, VI da Lei Orgânica nº 2423/1996 c/c art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, em razão das impropriedades não sanadas constantes nos itens 12.1, 12.2, 12.4, 13.2, 13.4.2, 13.5, 13.6, 14.1, 14.2.2, 14.3 do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de



ACÓRDÃO Nº419/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto no valor de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e trezentos e treze reais e sessenta centavos), em razão de atraso na remessa dos balancetes dos meses de abril e dezembro de 2018, conforme item 13.1 do Relatório/Voto, com fundamento no art. 308, I, "a" da Resolução TCE/AM nº 04/2002, e que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. Joaquim Gabriel de Sousa Neto no valor de **R\$ 1.706,80** (mil setecentos e seis reais e oitenta centavos), em razão do atraso na remessa do 2º semestre do Relatório de Gestão Fiscal do exercício de 2018, conforme item 12.3 do Relatório/Voto, com fundamento no art. 308, I, "c" da Resolução TCE nº 04/2002, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.5. Determinar à Câmara Municipal de Borba que:

10.5.1. Controle eficientemente os gastos com combustível, conforme item 14.2.1 do Relatório/Voto;

10.5.2. Atualize o portal da transparência, adequando-se aos ditames da Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação);

10.5.3. Proceda à numeração dos processos administrativos



ACÓRDÃO Nº419/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

licitatórios, nos termos do art. 38 da Lei nº 8666/1993;

10.6. Recomendar à Câmara Municipal de Borba que tome providências no sentido de implantar um cadastro de fornecedores, nos termos do art. 34 e seguintes da Lei nº 8666/1993.

10.7. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno – SEPLENO que dê ciência da decisão ao interessado, bem como a seus procuradores para que recolha os valores relativos à multa aplicada ou interponha o recurso cabível.

11- Ata: 10ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 28 de Abril de 2020.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral